

O ensino médio politécnico: uma política pública no contexto da prática em escolas estaduais de São Leopoldo/RS

Polytechnic high school: a public policy in the context of practice in state schools of São Leopoldo/RS

La enseñanza media politécnica: una política pública en el contexto de la práctica en escuelas estaduales de São Leopoldo/RS

Míria Maria de Souza Roos¹
Rosangela Fritsch²

Citação: ROOS, M. M. S; FRITSCH, R. O ensino médio politécnico: uma política pública no contexto da prática em escolas estaduais de São Leopoldo/RS. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 12. Outubro de 2017.

Resumo:

O Estado do Rio Grande do Sul, em 2012, implantou a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. O objetivo deste artigo é analisar a implementação desta política em escolas estaduais de São Leopoldo identificando impactos no sentido da melhoria da qualidade educacional nestas instituições. É fruto de uma pesquisa de cunho qualitativo que utilizou fontes documentais, bancos de dados e entrevistas com gestores submetidos à análise de conteúdo. Como resultado, percebemos problemas na comunicação tendo a evidência de que a proposta não foi entendida pela comunidade escolar; ausência de qualificação de gestores e professores quanto ao conteúdo da proposta dificultando a sua implementação; falta de suporte financeiro para qualificação dos espaços e instalações necessárias em termos de infraestrutura. Constatamos um alto índice de evasão nas escolas pesquisadas e que a política em questão não atingiu objetivos de qualidade cidadã e politécnica, mas, contribuiu para que integrantes da comunidade escolar repensassem as suas práticas, especialmente, no que tange à avaliação emancipatória e seminário integrado.

Palavras chave: Política Pública; Ensino Médio; Ensino Médio Politécnico.

Abstract:

The State of Rio Grande do Sul, in 2012, implemented the Pedagogical Proposal for Polytechnic Secondary Education and Integrated Professional Education to High School. The objective of this article is to analyze the implementation of this policy in São Leopoldo state schools, identifying impacts in the sense of

¹ Mestre em Educação. Professora na Escola Estadual de Ensino Médio Polísinos/RS. E-mail: miriaroos@yahoo.com.br

² Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos/RS. E-mail: rosangelaf@unisinos.br

improving the educational quality in these institutions. It is the result of qualitative research that used documental sources, databases and interviews with managers submitted to content analysis. As result, we perceive problems in the communication considering that the proposal was not understood by the school community; lack of qualification of principals and teachers regarding the content of the proposal, making difficult the implementation; lack of financial support to qualify the spaces and facilities required in terms of infrastructure. We found a high rate of dropout in the schools surveyed and that the policy in question did not reach the goals of citizen quality and polytechny, but it contributed to the members of the school community rethinking their practices, especially regarding the emancipatory evaluation and integrated seminar.

Keywords: Public policy; Secondary Education; Polytechnic High School.

Resumen:

El Estado de Rio Grande do Sul, en el 2012, implantó la Propuesta Pedagógica para la Enseñanza Media Politécnica y Educación Profesional Integrada a la Enseñanza Media. El objetivo de este artículo es analizar la implementación de esta política en escuelas estatales de São Leopoldo identificando impactos en el sentido de la mejora de la calidad educativa en estas instituciones. Es fruto de una investigación de cuño cualitativo en la cual utilizamos de fuentes documentales, bancos de datos y entrevistas con gestores sometidos a análisis de contenido. Como resultado, percibimos problemas en la comunicación teniendo la evidencia de que la propuesta no fue entendida por la comunidad escolar; ausencia de cualificación de gestores y profesores en cuanto al contenido de la propuesta dificultando su implementación; falta de soporte financiero para la calificación de los espacios e instalaciones necesarios en términos de infraestructura. Se constató un alto índice de evasión en las escuelas investigadas y que la política en cuestión no alcanzó objetivos de calidad ciudadana y politécnica, pero, contribuyó a integrantes de la comunidad escolar repensaren sus prácticas, especialmente, en lo que se refiere a la evaluación emancipatoria y seminario integrado.

Palabras-clave: Política Pública; Enseñanza Media; Enseñanza Media Politécnica.

Introdução

Este trabalho foi gerado com resultados de uma pesquisa sobre o tema do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul (RS), no período de 2011 a 2014, analisada no contexto da prática de duas Escolas Estaduais de Ensino Médio localizadas em São Leopoldo/RS.

Pela experiência profissional temos vivenciado dilemas e conflitos da educação brasileira no cotidiano escolar no bojo de algumas políticas e legislações, especialmente pelas discontinuidades. No que se refere ao Ensino Médio, foco desta investigação, ressaltamos as implicações que as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), a 5692/71 e a 9394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), os Planos Nacionais e Estaduais de Educação, o Ensino Médio Inovador, o Pacto para o Fortalecimento do Ensino Médio³, entre outras que estão se gestando que impactam nos contextos da prática ocasionando discordâncias, confusões, resistências, desentendimentos.

³Reformulação do Ensino Médio que foi regulamentado pela Portaria Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Através dele, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas.

O Ensino Médio no cenário educacional brasileiro tem sido objeto de preocupações, debates e estudos. Na produção acadêmica, artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), teses e dissertações que se alinham a esta investigação desenvolvendo aspectos sobre a gestão escolar no ensino médio, destacam-se os de Oliveira (2010); Neubauer (2011); Lima (2011); Costa (2013); Lima (2013a); Fritsch; Vitelli; Rocha (2014) e Carmo et al. (2014); Camini (2005); Rodrigues (2006); Luft (2006); Kovalski (2007); Silva (2008); Costa (2011); Bragança Junior (2011); Alves (2014), Amaral (2010); Klaus (2011); Brito (2011); Spenthor (2013) e Schlickmann (2013).

No ano de 2012, o Estado do Rio Grande do Sul - RS, através da Secretaria de Educação (SEDUC), decidiu reestruturar o ensino médio implantando uma nova proposta educacional chamada Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, em todas as escolas. Considerando a relevância de aprofundamento de estudos sobre o Ensino Médio no atual contexto, a produção de conhecimentos já acumulada e a implantação desta política no RS, configurou-se como temática deste artigo a Política do Ensino Médio Politécnico no RS tendo como objetivo analisar impactos da implantação em duas escolas estaduais de São Leopoldo no sentido da melhoria da qualidade educacional nestas instituições.

Destacamos a alegoria feita por Werle (2010) como inspiração para o estudo, onde ela compara o sistema educacional com uma floresta. Segundo ela, para conhecer a floresta é preciso aproximar-se e estudar cada uma das árvores (escolas), pois, no conjunto da floresta, os detalhes somem, escapam, desaparecem. Portanto, estudar cada árvore na sua identidade permite ver e compreender melhor toda a floresta.

O aporte teórico-analítico utilizado foi a Abordagem do Ciclo de Políticas (MAINARDES, 2006) tendo como centralidade da análise o contexto da prática onde as políticas não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas e resignificadas. O foco de preocupação foi a gestão escolar como um dos eixos fundantes da organização e desenvolvimento das políticas educacionais. Metodologicamente, a pesquisa foi de abordagem qualitativa, pois objetiva a contextualização, a compreensão, a análise e a interpretação da realidade observada, com o intuito de responder aos objetivos propostos e se justifica pela necessidade de aprofundar e analisar a realidade da escola e conhecê-la melhor através da fala de alguns de seus atores (PEREIRA, 2012).

O campo empírico desta pesquisa se constituiu por duas escolas estaduais com características bem distintas que serão apresentadas como Escola A e Escola B. A Escola A atende todas as etapas de Educação Básica com 14 turmas de Ensino Fundamental e 23 de Ensino Médio, possui aproximadamente 1300 estudantes, 70 professores e 14 funcionários. A Escola B atende 19 turmas de Ensino Médio, possui aproximadamente 600 estudantes, 34 professores e 09 funcionários.

Foram coletados dados pelos seguintes instrumentos: a) documentos legais e regulatórios, especialmente a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio 2011-2014 e o Regimento referência das escolas de Ensino Médio Politécnico da rede estadual – 2012; b) entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores das escolas mediante um roteiro de questões previamente elaboradas; e, c) dados quantitativos disponíveis nas Escolas. Os dados foram submetidos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

As entrevistas aconteceram com quatro gestores de cada instituição, considerando diretores, vice-diretores e supervisor. Pudemos constatar que uma das diferenças nas escolas refere-se ao tempo de trabalho dos gestores. Na escola A, três dos gestores trabalham há mais de duas décadas na instituição, enquanto, na escola B, três deles trabalham há uma década ou menos. Um aspecto semelhante é que, nas duas, a maioria dos gestores está na faixa etária de 40 a 50 anos e do gênero feminino. Em ambas, tem apenas um integrante do gênero masculino. As formações iniciais são diversificadas nas duas Escolas: Educação Física (2), Letras/Português, Biologia (2), Matemática (2), Artes com apenas 3 gestores com Especialização em Gestão ou Administração Escolar. Além disso, todos os entrevistados trabalham 40 horas semanais.

Na sequência apresentaremos alguns conceitos centrais que referenciam as análises. Posteriormente, uma descrição sucinta da Política do Ensino Médio Politécnico tendo como fonte os documentos já referidos. Na seção seguinte destacaremos resultados das entrevistas e dados de evasão para na última seção tecer as considerações finais.

Referencial Teórico

Destacaremos para suporte as análises sobre política educacional, escola e qualidade da educação. Ozga (2000) define política como Terreno de Contestações, reforçando a ideia de que não há uma única e irrefutável definição de “política”. Há

aqueles que a entendem como as ações de um governo que visam à consecução de determinados objetivos. A autora sustenta que política é mais abrangente, “como um processo mais do que um produto, envolvendo negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos diretamente na elaboração oficial de legislação” (OZGA, 2000, p.20).

No caminho da conceituação de políticas, Ball; Mainardes (2011) se alinham a definição de Ozga (2000) ressaltando que a mesma flui e circula e também afirmam que um visão que prevalece, embora normalmente implícita, é que a política é algo que é “feito” para as pessoas. Como beneficiários de primeira ordem, “eles” “implementam” políticas; como beneficiários de segunda ordem, “eles” são afetados positiva ou negativamente pelas políticas. Uma crítica relevante que os autores apontam é que políticas educacionais em geral são pensadas e escritas para contextos com infraestrutura e condições de trabalho adequadas e ideais sem considerar as desigualdades e disparidades presentes nas realidades.

Alarcão (2001), defende um modelo diferente de Escola argumentando que o modelo de escola que temos hoje já está ultrapassado pois estamos vivendo um momento de mudança de paradigmas na educação em um mundo contemporâneo globalizado, onde a informação está acessível a um maior número de pessoas. Segundo ela, a escola precisa ter um significado novo para essa geração, precisa chamar a atenção das crianças e jovens, acolher a todos e despertar o gosto pela aprendizagem.

O conceito de Qualidade da Educação é em si um termo polissêmico e, segundo Dourado e Oliveira (2009, p. 3),

A análise da Qualidade da Educação deve se dar em uma perspectiva polissêmica, uma vez que esta categoria traz implícitas múltiplas significações. O exame da realidade educacional, sobretudo em vários países da Cúpula das Américas, com seus diferentes atores individuais e institucionais, evidencia que são diversos os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania.

Para os autores referidos, os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma educação de qualidade alteram-se no tempo e espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dadas as novas demandas e exigências sociais decorrentes das alterações que embasam

a reestruturação produtiva em curso. Portanto, podemos afirmar que o conceito de qualidade não é rígido e evidente estará alinhado com o desenvolvimento histórico de cada país, região ou instituição que se queira analisar. Ressaltam ainda, a complexidade da qualidade da educação bem como da sua mediação por fatores e dimensões intra e extraescolares.

A política do ensino médio politécnico

O governo do RS formulou e implantou, em 2012, uma proposta para o Ensino Médio, justificando, para esta ação, os altos índices de evasão, de defasagem idade-série, de reprovação e o grande número de jovens que ainda estão fora da escola. Na proposta, argumenta também as defasagens que a escola de nível médio apresenta nos aspectos pedagógico, tecnológico e em relação ao mundo do trabalho (RIO GRANDE DO SUL, 2011). A proposta da SEDUC foi divulgada no último trimestre de 2011 e consta, na introdução do documento, que a ideia de reestruturação foi construída levando-se em consideração o Plano de Governo para o RS, no período 2011-2014, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, além da Resolução sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Básica emitida pelo Conselho Nacional de Educação (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

A justificativa do governo pauta-se pela necessidade de uma proposta educacional para o século XXI que coloque o Ensino Médio para além da mera continuidade do Ensino Fundamental e que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade, sustentabilidade e qualidade cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2011). De fato, desde a década de 1990, muitos estudiosos da educação têm falado e escrito sobre a necessidade de construção de uma nova identidade para o Ensino Médio, dentre eles, destacamos Freitas (2010) e Kuenzer (2001, 2010).

Segundo Kuenzer (2001, p. 51),

As escolas de Ensino Médio foram se desenvolvendo, ao longo dos anos, nos espaços ociosos do ensino fundamental. Na rede pública, são poucos os estabelecimentos que foram planejados para atender às características dos adolescentes. Em decorrência, assim como não construíram sua identidade em termos de concepção, também não construíram sua identidade física enquanto escolas que educam jovens.

Sobre a construção da identidade para o Ensino Médio, a Resolução nº 03/1998 do Conselho Nacional de Educação (CNE), determina, no artigo 7º, que os sistemas de ensino e as escolas busquem, através da articulação com a comunidade, construir identidade própria de modo a atender, da melhor forma possível, as condições e necessidades dos jovens e adultos, em termos de espaço e tempo de aprendizagem (BRASIL, 1998).

A proposta da SEDUC descreve as dificuldades que enfrenta esta etapa da educação e define mudanças nos aspectos que indicam basicamente a constituição de uma concepção de politecnia, construída na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho, enquanto princípio educativo. Afirma que

Uma consistente identidade ao Ensino Médio se dará não somente por reverter o alto índice de evasão e reprovação com qualidade social, mas, acima de tudo, por apresentar um Ensino Médio que oportunize e se empenhe na construção de projetos de vida pessoais e coletivos que garantam a inserção social e produtiva com cidadania (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4).

Destaca o trabalho como princípio educativo justificando essa necessidade pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Ressalta que “é pelo trabalho que o ser humano assegura a sua sobrevivência e que este também é responsável pela formação humana e da sociedade” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 13). Sendo assim, tomar o trabalho como princípio educativo significa reconhecer que os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social.

Quanto à organização curricular, o Ensino Médio Politécnico foi proposto que seja desenvolvido em três anos. O currículo totaliza 3000 horas, sendo que a carga horária no primeiro ano será de 75% de formação geral e 25% da parte diversificada. No segundo ano, 50% para cada formação. E, no terceiro ano, 75% para a parte diversificada e 25% para a formação geral. No decorrer da implantação, esta distribuição não se efetivou. No terceiro ano de implantação a distribuição da carga horária para o segundo e terceiros anos foi a mesma proposta para o primeiro ano.

A articulação dos dois blocos do currículo, núcleo comum e parte diversificada se daria por meio de projetos construídos nos Seminários Integrados. Este componente curricular constitui-se em espaço planejado, integrado por professores e estudantes e

compõe a parte diversificada, constituindo-se em espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências e práticas do curso.

Quanto à formação geral (núcleo comum) “propõe um trabalho interdisciplinar com as áreas do conhecimento com o objetivo de articular o conhecimento universal sistematizado e contextualizado com as novas tecnologias, com vistas à apropriação e integração com o mundo do trabalho” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 23).

Quanto à parte diversificada (humana-tecnológica-politécnica), propõe “a articulação das áreas do conhecimento, a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho, a qual apresente opções e possibilidades para posterior formação profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 23).

O texto reafirma a importância do Seminário Integrado, onde professores e alunos desenvolverão projetos que dialoguem com as áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias) e com os temas transversais ou eixos temáticos⁴. Segundo o documento, para a eficiência desse trabalho, o exercício da coordenação se dará de forma rotativa, para oportunizar que todos os professores se apropriem e compartilhem do processo de construção coletiva da organização curricular.

A avaliação proposta é definida como emancipatória e deve ser construída a partir das quatro áreas de conhecimento compondo com a auto avaliação do estudante conforme formulação regimento outorgado. Significa a passagem de uma avaliação quantitativa por disciplina para uma avaliação qualitativa, processual por área de conhecimento expressando-se por Construção Satisfatória da Aprendizagem (CSA), Construção Parcial da Aprendizagem (CPA), Construção Restrita da Aprendizagem (CRA) (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p.14).

Resultados e discussões

Os resultados e discussões que serão apresentados nesta seção surgiram das categorias que emergiram das entrevistas complementadas com dados sobre fluxo

⁴Os temas transversais ou eixos temáticos são: Acompanhamento Pedagógico; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos Humanos; Cultura e Artes; Cultura Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; Educação Econômica e Áreas de Produção (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p.24).

escolar: Fluxo Escolar, Formação de Professores, Infraestrutura, Comunicação e Currículo.

A categoria *fluxo escolar* desdobramos em três subcategorias: evasão, aprovação e reprovação. Os resultados indicaram que os índices de evasão aumentaram no período de implementação dessa política contrariando as expectativas descritas na proposta. Na escola A, os ingressantes no primeiro ano em 2012 foram 364, destes, somente 129 concluíram sem reprovações, 149 abandonaram a escola, 33 foram reprovados e 53 foram transferidos para outras instituições em 2014. Na escola B, 283 estudantes ingressaram no primeiro ano do Ensino Médio Politécnico em 2012 e destes, somente 55 estudantes concluíram em 2014 sem nenhuma reprovação. O número de estudantes evadidos totalizou 156, os reprovados 33 e os transferidos 39 atingindo índices de evasão 41% e de 55% nas escolas investigadas.

Nas duas escolas, o ensino noturno é citado como turno que mais contribui para aumentar os índices de evasão, pois muitos estudantes abandonam a escola por não suportarem a dupla jornada de trabalho e estudos. A Escola A tem um número maior de estudantes que trabalham e estudam à noite e revelou evasão superior que a Escola B. Os gestores afirmaram que a noite compõe outra escola. Podemos inferir que a dificuldade vai além disso. Os professores do noturno chegam para dar aulas, no seu terceiro turno de trabalho, portanto, tão cansados quanto os estudantes. Além disso, as práticas pedagógicas aplicadas por esses docentes, na maioria das vezes, é a mesma utilizada para as turmas do diurno. A proposta do Politécnico não contemplou as especificidades desse turno, inclusive em relação à carga horária e horário de início das atividades. Podemos perceber isso no seguinte argumento de um dos gestores:

Nós temos muitas evasões, que é o noturno, o noturno é um nível assim, que tem que ser revisto, mudar a forma, ter outro modelo. O aluno do noturno, ele é completamente diferente, não pode ser a mesma escola. Então, o noturno, o aluno, ele não acompanha, ele vê que ele não sabe, no primeiro, segundo mês ele já não vem mais, ou ele quer manter, vir na escola um ou dois dias da semana, para manter o trabalho, porque tem convênio com a escola e o trabalho, mas isso atrasa muito nós, dá evasão, evasão, eles desistem e isso baixa muito, é fracasso escolar (G6).

Na categoria *formação de professores* registramos a ausência de uma formação específica, voltada para a compreensão da proposta, como uma das dificuldades na implementação do Politécnico.

O Politécnico tinha que ser preparado num ano todo com eventos, com reuniões, com cursos, com uma preparação para que tu pudesses chegar a

um, começar com mais tranquilidade, eu acho que isso foi um equívoco (G4).

Os docentes não foram preparados para pôr em prática esse novo paradigma proposto pela SEDUC. Um reforço para essa afirmação apresenta-se quando os gestores citam as formações, proporcionadas pelo Pacto para o Fortalecimento do Ensino Médio, como uma das políticas que oportunizaram tempo para estudos e discussões das práticas educativas nas escolas.

A *infraestrutura* emergiu como uma categoria relevante para o desenvolvimento qualificado das atividades educacionais. Segundo os gestores, a falta de uma infraestrutura adequada prejudicou a implementação da proposta. As condições precárias em que se encontram os prédios, pois as duas escolas já têm mais de quatro décadas de funcionamento sem grandes reformas, faltam laboratórios bem equipados, a inexistência de ginásio para esportes e demais atividades que exijam espaços amplos e fechados, são algumas das reclamações quanto a esse quesito. Um dos limites percebido foi a falta de um suporte financeiro para a qualificação necessária dos espaços das instituições.

A escola precisa de um espaço, de um ginásio, ela precisa de banda, ela precisa ter música, ela precisa ser bonita, ela precisa ser colorida, não precisa ser essa coisa feia e escura, caindo aos pedaços, aí me incomoda um pouco, eu vou lá para aquele lugar feio (G3).

A categoria *comunicação* surge como um dos elementos importantes para o sucesso da proposta no contexto da prática. A boa comunicação é evidenciada como fundamental para a sociedade e para qualquer organização que pretende crescer nas suas atividades. Esse aspecto não foi bem articulado pela SEDUC ao colocar a proposta prematuramente, sem os esclarecimentos e discussões necessárias para as coordenadorias e comunidades escolares. Ficou claro que não houve um tempo hábil para uma articulação eficiente, carência que dificultou a comunidade escolar se apropriar adequadamente do que estava sendo proposto.

Faltaram esclarecimentos para os gestores e professores sobre o conteúdo da reforma. Um dos entrevistados alega que, pela pressa do governo do RS em implantar uma política educacional (faltando três anos para o final do mandato), não houve tempo e articulação eficientes para que a divulgação da mesma fosse eficaz.

O primeiro ano, eles também estavam assim, super perdidos, tanto que nós colocamos no nosso PPP, tanto que nós achamos que estava muito mando e

desmando, muita desorganização e não era nem aqui da Coordenadoria, vinha ordens, determinações da SEDUC, a Coordenadoria acatava, passava para as escolas, no outro dia já tinha outra orientação, então isso desestabiliza o grupo (G4).

Acategoriacurrículofoi desdobrada em duas subcategorias: Avaliação e Seminário Integrado. A avaliação emancipatória propõe um paradigma novo, avaliar por áreas de conhecimento, por menções e pela autoavaliação do estudante. Prioriza um novo olhar sobre a aprendizagem, um olhar mais qualitativo do que quantitativo. É reconhecido que esse tipo de avaliação aumentou os índices de aprovação e diminuiu os de reprovação nas escolas, mas questionam a qualidade do conhecimento adquirido pelos estudantes. O tipo de avaliação proposto causou um forte impacto e não foi bem aceito por professores, estudantes e pais, pois estavam acostumados com a avaliação anterior, por disciplinase expressa por números.

Nós estávamos muito despreparados para essa avaliação, foi tudo assim, foi tudo de última hora (G6).

Apesar das críticas, a proposta trouxe uma mudança importante, começando com a substituição da avaliação tradicional pela emancipatória passando também pelo Seminário Integrado. Segundo a proposta, os objetivos principais deste novo componente curricular é oportunizar a integração entre as áreas do conhecimento e possibilitar novas práticas pedagógicas, mais contextualizadas, que despertem o interesse dos estudantes pelos estudos. Tais objetivos não foram entendidos pelo grupo de professores, pois demandam outra concepção e planejamento, que tem a pesquisa como ferramenta principal para a construção do saber. Os professores passaram essa insegurança e falta de conhecimento para os estudantes, mas, mesmo assim alguns desenvolveram com eles, projetos de pesquisa interessantes e realizaram feiras e mostras de trabalhos, onde socializaram a produção, diversificando as aulas.

A maioria aproveitou e tem diversificado as suas aulas, aproveitam, os alunos estão saindo mais, para visitar empresas, em contra partida, por exemplo, a Unisinos, a Feevale têm oferecido muita coisa, eles oferecem, a gente participa, a Tecnosinos, por exemplo, o que tem em Porto Alegre de novidade os nossos alunos participam de coisas diferentes, pra eles estarem por dentro, então eu acho assim, que nesse sentido o professor se envolveu e ele procura, principalmente o professor do Seminário (G6).

Considerações Finais

Podemos constatar, através deste estudo, que o Ensino Médio passa a ter prioridade, no que tange às políticas públicas. A revisão de literatura permite perceber

que várias políticas públicas foram implementadas com o objetivo de melhorar os índices de acessibilidade e assegurar que um número maior de jovens conclua a Educação Básica no país. As políticas e legislações mais recentes mostram a preocupação, o interesse e os esforços do poder público na tentativa de qualificar o Ensino Médio.

Os resultados deste estudo nos permitiram conhecer e analisar como a proposta do EM Politécnico foi resignificada nas escolas pesquisadas a partir da compreensão dos limites e possibilidades que enfrentaram para a implementação dessa política pública ratificando também à alegoria de Werle (2010) quando afirma que, para conhecer a floresta (sistema educacional) é preciso observar e estudar cada árvore (escola) na sua especificidade.

Em relação aos limites, concluímos que, mesmo com problemas no entendimento, na comunicação, no tempo exíguo, na infraestrutura na ausência ou escassez de formação e na aceitação da proposta, as escolas tiveram que implementá-la. Para isso, o contexto da prática foi o espaço onde os atores escolares interpretaram e a recriaram, foi nesse contexto que as políticas foram resignificadas e podem apresentar mudanças, transformações significativas na política original (BALL; MAINERDES, 2011).

Verificamos que as instituições mesmo resistindo trabalharam para implementar a proposta. Com o intuito de adaptarem-se à nova carga horária de trinta períodos semanais, organizaram, em 2012, aulas no contra turno o que trouxe a necessidade de criação de outra logística para fornecimento de almoço para os estudantes, pois muitos não conseguiriam fazer a refeição em casa e voltar para os estudos no outro turno. Em 2013, abandonaram essa ideia, pois a grande maioria dos estudantes não comparecia às aulas do contra turno, por trabalhar ou fazer cursos nestes horários, o que comprova a falta de conhecimento sobre a realidade dos mesmos. Reorganizaram os tempos escolares em seis períodos diários, em um único turno tendo como ponto negativo a falta de infraestrutura apropriada para desenvolver com qualidade as atividades educativas.

Como possibilidades, identificamos a Avaliação Emancipatória e o Seminário Integrado como elementos inovadores que oportunizaram uma maior integração entre os atores escolares desarticulando estruturas tradicionais do currículo vigente. Apesar dos embates, impactaram positivamente nas escolas, pois representaram um avanço

significativo no repensar as práticas pedagógicas, contribuindo para a melhoria da qualidade educacional das instituições.

Quanto ao futuro da proposta, podemos perceber uma grande preocupação dos gestores, pois, no RS, há uma peculiaridade em relação a outros estados onde tradicionalmente, os governos não são reeleitos e, por isso, cada partido que assume o Estado não costuma levar adiante as propostas educacionais dos anteriores. Essa falta de um planejamento educacional para o Estado RS torna as políticas públicas, muitas vezes, ineficazes e transitórias. Este contexto de descontinuidade afeta o sistema e comunidade escolar. O governo atual fez reformulações.

Conforme argumentamos, a proposta tem suas limitações, não atingiu os objetivos de qualidade cidadã a que se propôs, mas como possibilidades, contribuiu para que as escolas repensassem as suas práticas. A prática compõe-se de um movimento dinâmico que pode trazer experiências novas que rompam limites construindo novas formas de vivenciar a educação. Ambas as escolas estão em processo de mudança, cada uma no seu ritmo, pois, “as árvores” são diferentes e cada uma tem as suas especificidades e a diversidade é grande riqueza da “floresta”!

Referências

- ALARCÃO, I. *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ALVES, A. A. M. *A Reforma Educacional do Ensino Médio no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do contexto da prática*. 145f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.
- AMARAL, J. C. S. R. *A política de gestão da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (2007/2010): o fortalecimento da gestão gerencial*. 211f. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.
- BALL, S. J. Entrevista com Stephen J. Ball: Um diálogo sobre justiça social, Pesquisa e Políticas Educacionais. *Educ. Soc.* Campinas, v.30, n.106, p. 303-18, jan./abr. 2007.
- BALL, S.; MAINARDES, J. (Org). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº2, de 30 de janeiro de 2012*. Define Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Brasília: CNE, 2012.
- BRASIL. *Documento de Referência da CONAE 2014*. Brasília, 2014. Disponível em <<http://conae2014.mec.gov.br/images/doc/Sistematizacao/DocumentoFinal29012015.pdf>>. Acesso em 15 dez 2014

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto para o Fortalecimento do Ensino Médio*. Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=24&data=25/11/2013&captchafield=firistAccess>> Acesso em 15 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE nº 4, de 13 de julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Brasília, 2010, Seção 1, p. 824. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. *Resolução nº3, de 26 de junho de 1998*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica-CEB. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/res0398.pdf>>. Acesso em 10 jan.2015.

BRITO, W. A. *Ensino Médio Público: Formação humana ou para o mercado?* 218f. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, 2011.

CAMINI, L. *O Processo de Construção da Política educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002: relações, limites, contradições e avanços*. 261f. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

CARMO, E. F.; CHAGAS, J. A. S.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. F.; ROCHA, E. C. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. *Estudos RBEP*. Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago. 2014.

COSTA, F. M. A. *Escola Pública e Ensino Médio: formação da juventude na perspectiva dos documentos oficiais nacionais da educação básica*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.

COSTA, G. L. M. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. *Estudos RBEP*. Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan. /abr. 2013.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FREITAS, L. C. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação*. v. 33, n. 119, São Paulo: Cortez; 2010.

FRITSCH, R.; VITELLI, R.; ROCHA, C. S. Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul. *Estudos RBEP*. Brasília, v. 95, n. 239, p. 218-236, jan. /abr. 2014.

KLAUS, V. *Desenvolvimento e governamentalidade (neo) liberal: da administração à gestão educacional*. 228f. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

KOVALSKI, I. *A gestão da educação pública: O nível médio de ensino após LDB 9594/96*. 122f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti, Paraná, 2007.

KUENZER, A. Z. (Org). *Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, A. Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011- 2020: superando a década perdida? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, nº 112, p. 851-873, 2010.

LIMA, L. C. A. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? *Estudos RBEP*. Brasília, v. 92, n. 231, p. 268-284, maio/ago. 2011.

LIMA, L. C. A.; GOMES, C. A. Ensino médio para todos: oportunidades e desafios. *Estudos RBEP*. Brasília, v. 94, n. 238, p. 745-769, set. /dez. 2013.

LUFT, C. U. *Reformas educacionais em tempos de globalização neoliberal e o desencanto do magistério gaúcho*. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2006.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

NEUBAUER, R. (Coord). Ensino Médio no Brasil: uma análise das melhores práticas e de políticas públicas. *Estudos RBEP*. Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan. /abr. 2011.

OLIVEIRA, D. A. O ensino médio diante da obrigatoriedade ampliada: que lições podemos tirar de experiências observadas? *Estudos RBEP*. Brasília, v. 91, n. 228, p. 269-290, maio/ago. 2010.

OZGA, J. *Investigação sobre Políticas Educacionais: Terreno de contestação*. Porto: Porto Editora, 2000.

PEREIRA, F. A. M. A Consolidação da Pesquisa Social Qualitativa: um aporte teórico. *Revista Espaço Acadêmico*. n.134, jul. 2012. p.68

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. *Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio 2011-2014*. Out. /nov. 2011. SEDUC: Porto Alegre, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. *Regimento referência das escolas de ensino médio politécnico da rede estadual*. 2012. SEDUC: Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, R. O. *O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio no Rio Grande do Sul (1999/2002) a afirmação do público na construção das políticas educacionais*. 137 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

SCHLICKMANN, V. *Os Sentidos da Experiência Escolar para Jovens do Ensino Médio: Um estudo em três escolas na cidade de Caxias do Sul/RS*. 197f. 2013. Tese

(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2013.

SILVA, R. M. D. *Experiências Sociais e Lógicas de Ação Política*: Etnografia da participação estudantil na escola pública. 134f. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2008.

SOLIGO, V. *Qualidade da educação*: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil. 215f. 2013. Tese(Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2013.

SPENTHOR, O. J. *“Formação de Cabeças ou de Braços”*: Tensionamentos entre educação geral e formação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão (1963 – 2008). 174f. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2013.

WERLE, F. O. C. *Avaliação em Larga Escala*: foco na escola. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Recebido em Agosto de 2016
Aprovado em Fevereiro de 2017
Publicado em Outubro de 2017

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 12

30 de outubro de 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.11, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 12 – Outubro de 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)
Ana Lorena Bruel (UFPR)
Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP),

Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>